

O Intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais no Município do Rio de Janeiro: Mediadores na Construção de Sentidos

Laura Jane Messias Belém¹

Introdução

Os pressupostos de uma Educação Bilíngue como um direito linguístico da pessoa surda e a possibilidade de aquisição de conhecimento social e cultural por meio da língua de sinais, e a mesma inferindo na obtenção de uma segunda língua, preferencialmente na modalidade escrita (Lacerda, 2009), vem se formatando numa prática pedagógica voltada para os alunos das escolas municipais, onde o Instituto **Municipal Helena Antipoff – IHA**,² junto ao Laboratório de Libras³ e o específico de surdez⁴ vêm empreendendo ações para que os alunos surdos da rede municipal de educação do Rio de Janeiro se tornem sujeitos bilíngues.

Orientados pelas legislações vigentes e, atendendo às demandas no que **concerne a uma proposta de Educação Bilíngue – Libras/Língua Portuguesa**, com foco no aluno surdo e/ou com deficiência auditiva, o IHA, vem dando continuidade às implementações voltadas às políticas nessa/dessa educação, nas escolas-piloto de Educação Bilíngue, que somam hoje 23 escolas, distribuídas nas **11 Coordenadorias Regionais de Educação – CRE, que vem merecendo atenção**, análise e validação.

A contratação de Intérpretes Educacionais de Língua Brasileira de Sinais se torna necessária para que os alunos surdos, não só das escolas-piloto de Educação Bilíngue, como os que se encontram matriculados em turmas comuns nas demais escolas da rede que tenham condições de participar e aprender os conteúdos curriculares onde, seus professores ainda não dominem ou não tenham fluência na língua de sinais. Segundo Quadros (2004, p. 27), o intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país, sendo, pois qualificado para desempenhar essa função. A autora legitima assim o ato de interpretar como uma ação cognitivo-linguística, em que o intérprete estará diante

¹ Mestre em Educação pela UNIMEP-SP. Professor II do Município do Rio de Janeiro – E/SUBE/CED/IHA. Tradutora e Intérprete de Libras – INES/DESU. E-mail: laurajanemb@yahoo.com.br.

² Centro de Referência em Educação Especial da Rede Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

³ Espaço de discussão, implementação e ação das propostas para a educação dos alunos surdos.

⁴ Grupo de professores e elementos de Equipes de acompanhamento, que se reúnem por especificidades educacionais, para pesquisar, discutir as ações com os professores e agentes da educação no campo.

de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes, além de exercer poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação.

Cada intérprete é perpassado por suas significações e pelo processo próprio de construir os conceitos, marcando assim seus modos de interpretar (BELÉM, 2010). No âmbito do ensino fundamental, principalmente no segundo segmento, do 6º ao 9º ano, são verificadas ainda, as mediações que requerem um mínimo de conhecimento geral por parte desse profissional, não só para auxiliar nas interações das várias disciplinas com as quais o aluno surdo terá contato, como nas diversas relações com os professores, as quais o intérprete irá estabelecer no decorrer de seu trabalho.

Desde o ano de 2010 (outubro), o IHA vem se empenhando em colocar em prática as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.436/2002 e pelo Decreto-Lei 5.626/2005, quando esses profissionais começaram a chegar às muitas escolas da rede municipal, contratados por meio de licitação de serviços terceirizados, sendo lotados nas unidades escolares com maior concentração de alunos surdos e que consequentemente tornaram-se uma espécie de referência, pela procura ou dos pais, ou dos próprios alunos surdos. A necessidade de um atendimento prioritário a essas escolas-piloto de Educação Bilíngue, que se tornaram unidades de referência assim como a outras escolas, que poderão ser ou não, candidatas⁵ ao projeto pelo atendimento a um quantitativo considerável de alunos surdos, levou o Laboratório de Libras a organizar-se para oferecer uma capacitação e uma formação **contínua não só aos professores AEE – Atendimento Educacional Especializado, como também aos instrutores surdos⁶ e intérpretes de Libras recém-chegados às unidades escolares.** As iniciativas tomadas ao longo desses quase três anos de trabalho resultaram em dois Encontros de Educação Bilíngue no Município do Rio de Janeiro, realizados em outubro de 2011 e 2012, e um terceiro, em fase de organização, onde os profissionais envolvidos nessa tarefa vêm marcando um período de novas ações, num formato de uma equipe bilíngue.

Voltando um pouco mais na história sobre a presença de intérpretes de Língua de Sinais nas escolas municipais do Rio de Janeiro, o IHA num outro Fórum realizado pelo INES sobre educação para surdos, no ano de 2008, já falava sobre as alternativas para um atendimento diferenciado aos alunos surdos que ingressavam na rede, sem ainda contar com esses recursos, ou seja, com as Classes Especiais oferecendo oficinas em língua de sinais e Língua Portuguesa, com professores especializados; Salas de Recursos atendendo alunos que estavam em classe comuns e o Professor Itinerante, que visitava regularmente as classes que tinham alunos surdos integrados e que não frequentavam ou pouco frequentavam as Salas de Recursos. Essas ações visavam, na época, monitorar o quantitativo de alunos surdos que vinham sendo absorvidos pela rede de ensino, com intuito de levar recursos e estratégias pedagógicas para

⁵ Centro de Referência em Educação Especial da Rede Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

⁶ Centro de Referência em Educação Especial da Rede Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

esse público, assim como levantar as principais necessidades surgidas no cotidiano. Uma das estratégias foi o aumento do quantitativo de alunos surdos, presentes nas turmas comuns, a fim de garantir a difusão da língua de sinais e o atendimento por um professor que conhecesse a língua de sinais.

No decorrer do tempo e com base no Decreto-Lei 5.626/2005, investiu-se na **contratação desses profissionais, respaldando-se também no Cap. IV – do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa** para o acesso das pessoas surdas à educação, que em seu art. 14, §1, item III, alínea b, estabelece a obrigatoriedade de garantir “às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior e, para garantir o atendimento educacional especializado, [...] prover as escolas com tradutor e intérprete de Libras – *Língua Portuguesa*”⁷; fazendo com que o Laboratório de Libras buscasse promover junto à direção, um documento que firmasse o compromisso na contratação desses profissionais a fim de que auxiliassem nesse processo de educação bilíngue.

Pensou-se inicialmente numa contratação dos intérpretes de Libras mediante um concurso, sendo essa ideia logo substituída por procedimento administrativo de terceirização, via contrato de prestação de serviços, dada a necessidade de atender ao campo, cuja demanda necessitava de ações mais urgentes. Por esse prisma, o objetivo do IHA buscava garantir não só ao acesso desse aluno surdo a uma educação de qualidade, na perspectiva de uma educação inclusiva, mas também, na sua **permanência e no seu desenvolvimento na aprendizagem das /nas duas línguas – a Língua de Sinais (L1) e a Língua Portuguesa (L2)**.⁷

O Intérprete Educacional de Libras: conhecendo um pouco mais o trabalho desempenhado por esses mediadores da construção de sentidos

Segundo Quadros (2004, p. 27), o intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país, sendo qualificado para desempenhar essa função. Ao dizer isso, a autora legitima o ato de interpretar como uma ação cognitivo-linguística, em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes; de tal forma que esse profissional está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto. Sob esse ponto de vista, muitos questionamentos são levantados a respeito do trabalho desempenhado pelo intérprete que atua nas escolas ou em espaços educacionais.

Lacerda (2009, p. 33) em suas pesquisas apresenta o termo “intérprete educacional” sendo utilizado na diferenciação do profissional intérprete (em geral) daquele que atua na educação, em sala de aula, reconhecendo-o como aquele,

⁷ Por L1 entende-se como sendo a língua adquirida naturalmente pela pessoa surda, além de responsável pelos processos mentais e linguísticos no auxílio à compreensão da L2, sua outra língua, a língua majoritária que poderá ser ou na modalidade oral ou na escrita (preferencialmente).

que não assume apenas a função de intérprete, pois que se envolve de alguma maneira com as práticas educacionais, constituindo aspectos singulares à sua forma de atuação. Para a autora, sua função além de traduzir, favorece também a aprendizagem por parte do aluno surdo.

A presença mediadora então, desse agente da comunicação em sala de aula, não só possibilita a construção dos sentidos, como leva para esse espaço a configuração de um lugar social importante, marcado por relações estabelecidas entre: professor e intérprete; professor e o aluno surdo; intérprete e o aluno surdo; aluno surdo e seus colegas; colegas do aluno surdo com o intérprete, em momentos individuais e/ou coletivos com a Libras e a Língua Portuguesa presentes, e com os sentidos sendo constantemente (re)negociados.

Partindo de pressupostos de que o ato da fala ou enunciação (BAKHTIN, 1992) engloba uma categoria geral da expressão, de nível superior, comportando conteúdo para si (interior) e para outros (de objetivação exterior, que também pode ser para si mesmo) e, da atribuição à linguagem como uma função reguladora das ações, além de propiciar a conduta intencional humana (LACERDA apud GÓES, 2000, p. 121), observa-se que esse profissional em sala de aula, em geral, atuando em modalidades de interpretação simultânea, podendo às vezes recorrer a modalidade de interpretação consecutiva, dependerá sempre dos conteúdos tratados e das estratégias metodológicas utilizadas pelo professor.

No tocante às relações, situações quase recorrentes em algumas unidades, são os alunos surdos que oferecem resistência ao intérprete designado a atendê-los, talvez por vergonha ou timidez, chegando às vezes até a repelir o profissional, ignorando-o ou recusando-se a interagir com ele. Essas ações geralmente ocorrem devido ao fato de o aluno surdo ter sido desprovido da convivência com um intérprete de Libras, até mesmo do contato com outros surdos proficientes na língua de sinais, ainda tendo que lidar com os termos na Língua Portuguesa, apresentando dificuldades na compreensão e significação dessa língua e na língua de sinais (BELÉM, 2010). Sendo assim, o cenário de possibilidades para o trabalho do Intérprete Educacional vem sendo orientado para uma atuação, nos espaços educacionais, para além da tradução de uma língua para outra. Muitas vezes se espera dele que se responsabilize pelo aluno surdo ou que “ensine” a ele a língua de sinais, tornando sua função multifacetada.

Por muito tempo as escolas sequer pensavam na presença do intérprete de Libras como partícipe no processo educacional e hoje já vem apresentando mudanças significativas por conta das contratações realizadas. As pessoas que convivem neste ambiente da educação e principalmente, no município do Rio de Janeiro, em que os alunos surdos ainda estão se descobrindo e se constituindo nas relações com os intérpretes, constatam que, se antes o aluno nem sempre sabia “usar” o intérprete educacional, já vem apresentando certa autonomia, como na realização das provas e determinadas atividades e/ou avaliações, interagindo melhor com outros adultos ouvintes que não o próprio intérprete e o professor da sala de aula.

O intérprete educacional vem servindo em muitos momentos como modelo linguístico, ao “ensinar” ao surdo e construir com ele, essa relação com o outro. Durante a realização de seu trabalho, ele vem se deparando com surdos nos mais variados níveis de domínio e conhecimento da língua de sinais, levando-o a uma adequação no uso da Libras, atentando que não se trata nem de simplificação, nem de reducionismo da língua, mas na consideração às diferenças individuais existentes quanto ao domínio desta língua (LODI, 2003, p. 41). A profissão do intérprete passou a existir em função primeiramente das necessidades surgidas no dia a dia de trabalho, e dos encontros sistemáticos ocorridos entre os grupos de profissionais⁸, nas discussões pertinentes sobre intermediações, envolvendo questões discursivas. Apesar do quadro evolutivo em relação à profissão, principalmente na questão da visibilidade que o trabalho vem conquistando, seja nos espaços educacionais, seja nos congressos e eventos de âmbito regional, nacional e internacional. No Brasil, esses profissionais ainda têm que se basear nos códigos de conduta criados por outras realidades de trabalho, culturais e profissionais.

Klein (1998) afirma que os discursos circulantes nas unidades escolares ainda estão voltados mais para ‘corrigir’ do que para educar e que os projetos pedagógicos ainda são vinculados aos processos de reabilitação. E é nesse ambiente que a profissão dos intérpretes educacionais vem se forjando, num espaço onde os dilemas, conflitos, crises pelos quais eles passam, sendo alguns recém-chegados a esse espaço de trabalho, outros já veteranos, dos mais diferentes lugares, até mesmo do ensino médio e/ou faculdade, demonstrando estar em consonância com a própria língua, no compartilhar comunicação e conhecimento em evolução, buscando posicionar-se melhor, principalmente frente ao papel que desempenham ou buscam desempenhar.

No segundo semestre de 2013, o IHA e o Laboratório de Libras propõem um Encontro de Educação Bilíngue, em sua terceira edição, numa temática sugerida em Oficinas de Formação, envolvendo as práticas pedagógicas aportadas nas diferenças culturais, em que professores surdos e ouvintes bilíngues já vêm realizando. O Encontro estará voltado para um aprofundamento nas questões em que os intérpretes que atuam na rede e já inseridos nesse contexto bilíngue, possam se sentir tão dinamizadores e interlocutores na função de unir as duas diferentes culturas nos processos do conhecimento e do aprendizado.

⁸ Quadros (2004) identifica o estado do Rio Grande do Sul, como pioneiro na organização e sistematização dos intérpretes locais que se reuniam em encontros, assim como na criação de um regulamento para a atuação como Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, servindo de modelo para outros estados brasileiros, que por sua vez, também foi ‘herdado’ supostamente dos documentos organizados pelos intérpretes americanos.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992/2006.
- BRASIL. Lei nº 10.436 de 24/04/2002. Lei que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, 2002.
- _____. Decreto-lei nº 5.626 de 22/12/2005. Decreto que regulamenta a lei **10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**
- BELÉM, Laura Jane M. A atuação do intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais no ensino médio. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, 2010.
- KLEIN, Madalena. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 75-93.
- LACERDA, C. B. F de; GÓES, M.C.R. de (Orgs). Surdez, processos educativos e sub-*jetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.
- LACERDA, C. B. F de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.
- QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- VYGOTSKI, L.S. Manuscritos de 1929. Educação e sociedade: Vygotsky – o manuscrito de 1929: temas sobre a constituição cultural do homem. Cadernos CEDES, ano XXI, Campinas, São Paulo, nº 71, 2000.**